

## MEMÓRIA E SOCIEDADE: AS HISTÓRIAS POSSÍVEIS

ANTÓNIO MOREIRA TEIXEIRA

Um dos principais problemas que se colocam ao desenvolvimento de qualquer programa de investigação interdisciplinar é o do estabelecimento de uma sólida plataforma epistemológica que garanta a coerência científica da multiplicidade de abordagens metodológicas diferentes nele utilizadas. A possibilidade de resolução desta dificuldade depende, no entanto, da capacidade de se construir uma relação de comunicação fluida entre todos os investigadores participantes, independentemente da sua cultura disciplinar específica.

Com efeito, o sucesso de um programa interdisciplinar, tal como de qualquer projecto de investigação cuja abordagem procure ultrapassar a mera dimensão multidisciplinar por via da integração dos conhecimentos de especialistas de diferentes disciplinas no estudo de um objecto comum, depende, em larga medida, da capacidade de construção de uma linguagem transversal às várias culturas científicas convocadas, evitando desse modo a equivocidade na comunicação. Ora, a construção dessa linguagem, feita a partir da conjugação e adequação de terminologia utilizada nas várias disciplinas envolvidas, é de enorme dificuldade dada a variabilidade tanto do vocabulário como, o que é mais importante, da própria significação dos termos.

Neste sentido, ao elegermos a interrelação teórica entre os conceitos de *memória* e de *sociedade* como objecto de estudo interdisciplinar no universo das modernas ciências humanas, deparamo-nos, inevitavelmente, com a necessidade prévia de proceder a uma pesquisa cuidadosa sobre as próprias possibilidades de significação dessa relação.

O presente texto enquadra-se, pois, no cenário de uma reflexão projectiva acerca do objecto de estudo atrás anunciado, procurando definir os limites epistemológicos de uma investigação interdisciplinar neste âmbito. Em

termos mais concretos, poder-se-á dizer que o texto procura essencialmente responder a uma questão que decorre do próprio contexto da sua produção: Qual é, afinal, o papel da investigação filosófica no universo de um estudo histórico sobre a relação entre Memória e Sociedade?

Esta característica fundamental da presente reflexão justifica, por sua vez, a nosso ver, a forma deliberadamente ensaística adoptada no texto. O estilo utilizado era o que melhor poderia reflectir o carácter laboratorial da nossa investigação, que se assume antes de mais como um exercício de experimentação conceptual.

\*\*\*\*\*

A riqueza da ligação entre *memória* e *sociedade* pode ser encontrada, desde logo, no conjunto de campos de análise abertos pela multiplicidade de cruzamentos possíveis entre os dois conceitos. Sem dúvida que, dependendo da preposição (**na**, **da**, etc.) que se se escolha para substituir a conjunção (**e**), com isso definindo e hierarquizando a própria ligação entre os conceitos, muito variam as características epistemológicas da relação que estabelecemos entre a *memória* e a realidade social.

A título meramente exemplificativo, podemos constatar quão distinta é, do ponto de vista epistemológico, uma *Memória da Sociedade* de uma *Memória na Sociedade*. Com efeito, enquanto o campo teórico denotado pela primeira expressão será composto exclusivamente pelos fenómenos de construção social de espaços de identidade experiencial, já o segundo, incidirá, por sua vez, nas manifestações interventivas da referida identidade experiencial nos processos de construção social.

Esta dificuldade na definição unívoca do tipo de ligação que se estabelece entre as duas realidades (a memória e a sociedade) não se trata, porém, apenas de um problema de linguagem. Pelo contrário, a dificuldade linguística torna aparente uma outra questão, bem mais funda, que é a da delimitação das condições de possibilidade do próprio discurso histórico. Um discurso que se caracteriza por ser *da* ou *sobre* a memória e, geralmente, *sobre* ou *da* sociedade.

Por outras palavras, no quadro presente de um debate interdisciplinar sobre a memória e a sua relação com a realidade social, centrado numa investigação retrospectiva de natureza historiográfica, urge, afinal, proceder à recuperação de uma reflexão mais fundante sobre o próprio exercício da história enquanto lógica social memorial. Talvez a condução dessa reflexão constitua, afinal, o melhor contributo que os filósofos podem prestar a este tipo de empreendimento intelectual.

Procuremos, pois, compreender a relação entre memória e sociedade por via da discussão sobre a própria possibilidade do discurso histórico. A expressão «discurso histórico» não deixa de ser já, contudo, uma redundância. O que é a história senão um discurso?

Na verdade, o termo *história* assume um carácter múltiplo. Por um lado, ele designa a actividade de narração, exposição ou análise dos acontecimentos do passado de um determinado corpo natural ou humano (seja numa perspectiva individual ou de conjunto). Mas, o termo não deixa de designar igualmente o produto desta actividade (i. é, a obra literária e/ou científica que contém a narrativa, a exposição ou a análise). Porém, História é ainda o nome do próprio objecto da discurso histórico (i. é, o encadeamento lógico-discursivo dos acontecimentos narrados, expostos ou analisados). Deste modo, a palavra *história* assume, afinal, uma significação equívoca, denotadora da própria equivocidade da actividade que designa, pois é simultaneamente o objecto, o processo e o produto de um mesmo discurso.

Como é evidente, se é indiscutível que a *história-produto*, independentemente da linguagem ou do género que adopte, assume sempre a forma de um discurso, normalmente, literário, o mesmo já é mais difícil de aceitar em relação à *história-processo* e à *história-objecto*. Com efeito, até que ponto é admissível reduzir a actividade de investigação histórica a uma mera discursividade? Será a História apenas um conjunto de discursos possíveis sobre o passado e não um único discurso verdadeiro e universal? E, será a Verdade o único critério de legitimação do discurso histórico, i.é, da História, ou será das Histórias?

Parece hoje relativamente consensual que a actividade de investigação histórica constitui-se, antes de mais, como um discurso legitimador da memória (entenda-se esta na sua acepção mais geral). Neste sentido, o historiador, após determinar o seu objecto de pesquisa (no caso da história humana, um acontecimento ou conjunto de acontecimentos que se referem à acção de um determinado individuo, grupo ou comunidade durante um período de tempo passado, quantificado de acordo com um sistema de medida universal), procura recolher o maior número de informações disponível sobre esse mesmo objecto.

O conjunto de informações então recolhido, embora possa advir de origens diferenciadas, possuir suportes materiais diversos e de ser metodologicamente objecto de um processo prévio de selecção crítica, constitui sempre um fragmento de um discurso anterior. Na verdade, trate-se de uma peça de estatuária, de um documento contabilístico, de um testamento, de uma gravura, de um objecto doméstico, de um utensílio de caça, etc., o historiador, na sua actividade, isola sempre um conjunto de fragmentos de um discurso literário, plástico, ou funcional autónomo (i.é, elementos que compõem uma lógica discursiva própria) *do* ou *sobre* o passado (que constitui o seu objecto de estudo) para os reutilizar como peças de uma nova lógica discursiva (a sua reconstituição da verdade histórica dos eventos em estudo).

Este processo de reconstituição histórica é dominado, pois, pela intenção de legitimar uma determinada memória, construída a partir de pedaços de outras memórias, como um discurso verdadeiro. O critério de aferição da veracidade do discurso memorial é, então, o da sua aceitabilidade, do ponto de vista da respectiva construção lógico-discursiva, enquanto *História*. No entanto, nada nos garante que os vestígios do passado disponíveis, em cada momento, constituam eles discursos completos e coerentes ou fragmentários, sejam representativos da totalidade do real estudado. Mais do que isso, poderá haver sempre a tentação de condicionar a disponibilidade dos vestígios do passado, seja pelos próprios antepassados ou pelos presentes, com vista à legitimação de memórias auto-justificativas.

A tomada de consciência deste perigo, bem real, conduziu no passado recente a que muitos pensadores tenham, por isso mesmo, concluído, talvez precipitadamente, que a *História* não passa de um discurso totalitário do poder (entenda-se, do poder dominante) que se pretende legitimar através da justificação genética da sua superioridade (nomeadamente, por via da subordinação da realidade histórica a uma lógica cíclica ou evolutiva).

Se não devemos afastar essa possibilidade, há, porém, que ir mais longe e discutir as condições de possibilidade dos outros grandes pressupostos da actividade histórica. Em primeiro lugar, não é um dado adquirido que o tempo possua a estrutura linear absoluta que o discurso histórico lhe pretende impôr. Em segundo lugar, está igualmente por comprovar que a lógica de causalidade se aplique de uma forma tão clara à factologia histórica e à interacção entre os agentes históricos como transparece dos seus relatos.

Se é hoje óbvio para todos que a dependência do historiador em relação às suas fontes, maioritariamente escritas, implica que o discurso histórico se constitua, afinal, como uma re-escrita do que ficou descrito sobre um determinado processo de interacção humana (no caso da história humana), já não é tão claro para a comunidade dos historiadores que tanto a datação (o sistema convencional de padronização do tempo), como a centralização da memória histórica na categoria da acção constituam também, afinal, uma imposição do carácter discursivo da própria interpretação histórica.

Todavia, é por a história constituir um relato reconstitutivo de uma acção e, por isso mesmo não poder deixar de apresentar uma lógica discursiva coerente e consistente, que o trabalho do historiador é, assumidamente, o de racionalizar o conjunto caótico de informações recolhidas sobre determinado acontecimento, procurando construir uma argumentação justificativa para os factos relatados.

Neste sentido, a história parte da consideração dos acontecimentos do passado como factos, ou seja, enquanto produtos de uma determinada acção ou de um conjunto de acções individuais ou colectivas. Enquanto tal, o discurso da

história já não se pode limitar a descrever a referida acção mas, precisamente por pretender ser um relato, também necessita estabelecer e descrever o processo de produção da mesma acção. Daí, que o discurso histórico evite fugir à aplicação de uma lógica de causalidade aos acontecimentos passados.

Esta mesma necessidade lógico-discursiva que leva a história a tomar os acontecimentos do passado como elementos de uma determinada lógica causal, de um enredo, conduz a que o próprio tempo tenha de ser racionalizado e quantificado, e por isso mesmo reduzido a uma simples linha referencial. Sem querer citar a velha asserção augustiniana acerca do tempo, mil vezes repetida, quantas delas indevidamente porque mal compreendida, é uma verdade que o tempo real, como o próprio espaço real, não constitui, de forma alguma, um plano uniforme.

A velha teoria dos ciclos históricos, induzida a partir da constatação da regularidade cíclica da vida natural, tanto como a ideia de progresso contínuo, falham na compreensão da relatividade do tempo. Cada vida autónoma possui um tempo próprio, que é o da realização da sua própria existência. Assim, num mesmo tempo coexistem vários tempos. Na nossa vida participamos simultaneamente em temporalidades diferentes. Para além do mais, a própria experiência psicológica do tempo permite-nos constatar que a velocidade da sua passagem não é regular, mas antes relaciona-se com a intensidade da nossa própria vivência, em cada um dos momentos experienciados. Com efeito, o tempo histórico liga-se à categoria da duração.

Todavia, até que ponto poderemos aceitar que a realidade histórica, enquanto objecto discursivo, não obedeça a uma causalidade e não seja, por isso mesmo, entendida como o produto de uma acção ou acções e, conseqüentemente, o objecto de uma intencionalidade? Por outro lado, ainda hoje, não é muito comum encontrar, na comunidade dos historiadores, quem, por exemplo, aceite que o tempo histórico não seja contínuo e conheça acelerações e desacelerações pontuais, que ele se relacione com a duração dos fenómenos, ou que várias temporalidades distintas coexistam num mesmo fenómeno histórico.

Na verdade, mesmo com os últimos desenvolvimentos da teoria da história, os historiadores tendem a manter o seu discurso numa lógica argumentativa de causalidade simples, fundada no princípio do terceiro excluído, em lugar de a substituir por uma lógica probabilística, mais conforme com a aceitação do imponderável, do desconhecido, do acaso relacional.

Na expressão de Fernando Pessoa, está ainda por fazer a *história do que poderia ter sido*, uma história que se funde na categoria da possibilidade. Certamente que uma *história do que não foi* seria tão importante para a compreensão da totalidade dos fenómenos históricos como a *história do que foi*, essa mesma que se centra no facto, no produto da acção e, por isso mesmo, subordina a construção do discurso à perspectiva do juízo sobre o acto e não ao ponto de vista dos processos de actuação dos agentes.

Do mesmo modo, se é verdade que a compreensão da relatividade do tempo deu origem na moderna metodologia histórica à relativização das durações, tendo-se introduzido uma nova tipologia de temporalização histórica (tempos de curta, média e longa duração), há que reconhecer que a metodologia histórica não encontrou ainda uma fórmula de síntese que permita reunir os diferentes prismas de análise.

Na prática, mesmo os recentes desdobramentos do ponto de vista, com o desenvolvimento das etno-histórias, da história das mulheres, enfim, da perspectiva do Outro, que levaram a produção histórica actual a atomizar-se, diluindo-se num conjunto assumidamente incoerente de discursos diferentes sobre o passado comum, não vieram alterar nenhum dos velhos pressupostos do discurso histórico.

Se é um facto que o desenvolvimento dos novos tipos de abordagem historiográfica, nomeadamente o estudo das características estruturantes das comunidades humanas, como as mentalidades, redireccionou a investigação dos historiadores para as possibilidades históricas de um determinado agente (individual ou colectivo), não deixa de ser igualmente verdade que a história continua a ser essencialmente *um discurso possível sobre o acontecido* e não *o discurso do possível acontecido*.

O discurso histórico (entendido na sua acepção mais lata) constitui, pois, o suporte de construção da memória colectiva formal (registada). Essa construção da memória formal, pelas comunidades que aspiram à sua auto-consciência, faz-se, porém, em interacção com os registos fragmentários da outra memória (*informal*) que as mesmas colectividades guardaram, por vezes intencionalmente, outras não, de si próprias.

Deste modo, constatamos que a produção histórica encontra-se sempre limitada pela relação que a sociedade, ou os indivíduos que a constituem, estabelecem com a memória de si mesmos, que é o mesmo que dizer com o discurso que de si constroem. A *História* é, assim, sempre o reflexo presente da relação que o passado dos homens procura estabelecer com o seu próprio futuro. No entanto, esta não é uma relação estática. Pelo contrário, ela é essencialmente dinâmica e encontra-se em permanente reconstrução.

Porém, esta realidade é aparentemente contraditória com o tempo do discurso histórico. Na verdade, como, aliás, em qualquer relato ou descrição literária, em qualquer história (leia-se, enredo) não há um tempo passado nem um tempo futuro, mas apenas um longo e contínuo presente que coincide com o tempo da realização da acção produtora dos factos históricos. De novo, é a marca da discursividade histórica que regula os acontecimentos e nos projecta um outro espaço e um outro tempo, o da acção histórica, como se fosse o nosso presente. Quando, na realidade, é o próprio presente da acção passada que a história projecta num espaço e tempo futuros.

Dito isto, até que ponto a *História* formal (registada) não condiciona o *seu* passado às amarras de um tempo presente (estático), meramente discursivo, convencionado pela intencionalidade ordenadora da actividade científica? O passado que constitui o objecto da História, à semelhança, aliás, do nosso presente, também tinha, ele próprio, um passado e um futuro. Ora, como sabemos, o nosso presente não constituiu obviamente o único futuro possível do nosso passado.

A verdade histórica não é, nem poderá ser, confundida apenas com uma síntese verosímil de entre os múltiplos discursos históricos. Certamente que a verdade histórica não é isso. Pelo contrário, ela deverá compreender todas as possibilidades históricas (entendidas enquanto possibilidades de acção, ou mesmo de inação). Em suma, tudo o que sustenta a própria capacidade de construirmos uma memória comum.

Todavia, o conjunto das possibilidades não-actualizadas de acção histórica dificilmente constituirá um objecto do discurso historiográfico. Em boa verdade, a categoria de possibilidade histórica também não pode ser confundida com a noção de história possível. E esta, será, afinal, sempre a história do acontecido e não a do inacometido.